

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME: perfil socioeconômico e alimentar dos usuários da Cozinha Comunitária do Bequimão em São Luis/MA

FOOD INSECURITY AND HUNGER: socioeconomic and food profile of users of the Bequimão Community Kitchen in São Luis/MA

Maria do Socorro Sousa de Araújo¹
Aline de Fátima Gama Monteiro²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os dados relativos à caracterização socioeconômica e alimentar do público atendido na Cozinha Comunitária do Bequimão (CCB). A metodologia da pesquisa contemplou técnicas e instrumentos qualiquantitativos, e foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e uso de dados coletados através de questionários aplicados junto aos (as) usuários (as) da Cozinha Comunitária do Bequimão. Na ocasião, foram aplicados 135 questionários, com questões relativas à identificação do público atendido, aos dados socioeconômicos, composição familiar, e inquérito alimentar - para fins de avaliação dos níveis de Insegurança Alimentar; e avaliação dos serviços prestados.

Palavras-chave: Pobreza; Fome; Insegurança Alimentar e Nutricional; Maranhão.

ABSTRACT

This article aims to present data relating to the socioeconomic and food issues of the public served at the Bequimão Community Kitchen (CCB). The research methodology included, primarily, qualitative and quantitative techniques and instruments, and was carried out through bibliographical review, document analysis and use of data collected through a questionnaire applied to users of the Bequimão Community Kitchen. At the time, 135 questionnaires were administered, with

¹ Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), docente do quadro de professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas da UFMA; e do curso de Graduação em Serviço Social/UFMA. E-mail: contato.socorro@gmail.com.

² Assistente Social. E-mail: aline.fgmonteiro@hotmail.com.

questions relating to the identification of the public served, socioeconomic data, family composition, food survey - for the purpose of assessing levels of Food Insecurity; and evaluation of the services provided.

Keywords: Poverty; Hunger; Food and Nutrition Insecurity; Maranhao.

1 INTRODUÇÃO

As Cozinhas Comunitárias fazem parte do conjunto de ações governamentais voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. São consideradas Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN's), com capacidade média de atendimento, as quais devem oferecer, no mínimo, 100 refeições diárias, com capacidade de produção destinada ao preparo, à comercialização acessível ou à doação de refeições saudáveis (BRASIL, 2006).

O Estado do Maranhão possui duas cozinhas comunitárias, de gestão estadual, a Cozinha Comunitária Quilombola de Marudá em Alcântara/MA, primeiro equipamento de segurança alimentar voltada para esse público implantado no Brasil e a Cozinha Comunitária do Bequimão, em São Luís/MA, implantada em 2009, a fim de promover o fornecimento de refeições nutricionalmente balanceadas e de qualidade para comunidades ou grupos populacionais específicos, em condições adequadas de preparo de acordo com as normas sanitárias vigentes (SEDES, 2022).

As ponderações e dados aqui apresentados expressam resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, intitulada **EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: configuração, serviços prestados e perfil do(a) usuário(a)s da Cozinha Comunitária do Bequimão (São Luís/MA)**, cujo objetivo central foi analisar a Cozinha Comunitária do Bequimão/São Luís/MA enquanto Equipamento Público de Segurança Alimentar e Nutricional, no que diz respeito ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e da fome em São Luís/MA.

Tratou-se de uma pesquisa institucional realizada a pedido da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, e operacionalizada pela Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional – SASAN, da qual umas das autoras participou de todo o processo de planejamento, execução, tabulação e análise dos dados.

A metodologia da pesquisa contemplou, técnicas e instrumentos quali-quantitativos, tendo sido realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e uso de dados

primários coletados através de questionários aplicados junto aos 135 dos usuários da Cozinha Comunitária do Bequimão, correspondendo à 100% do total, tendo sido aplicado no período de julho a agosto/2022. No questionário foram abordadas questões relativas à identificação do público atendido, aos dados socioeconômicos, composição familiar, e inquérito alimentar - para fins de avaliação dos níveis de Insegurança Alimentar; e avaliação dos serviços prestados pela CCB .

No intuito de identificar a classificação de Insegurança Alimentar e Nutricional nos usuários da CCB, foram elaboradas tabelas a partir de dados estatísticos com uso do teste qui-quadrado, cujo princípio é identificar o valor da dispersão para duas variáveis, que são: aspectos sociodemográficos e a Insegurança Alimentar, e avaliar a associação existente entre elas. As análises estatísticas foram realizadas pelo software Excel© e PowerBI ©.

Foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) adaptada, com 15 questões que refletem a insegurança alimentar e nutricional em diferentes níveis, em que, para as respostas positivas, foi atribuído o valor 1, e para as respostas negativas, o valor 0, resultando em uma pontuação de 0 a 15 pontos. Onde: “0”, segurança alimentar; “1-5”, insegurança alimentar leve; “6-10”, insegurança alimentar moderada e “11-15”, insegurança alimentar grave (Vargas et. Al, 2013, p. 07).

2 PERFIL SOCIOECONOMICO E ALIMENTAR DO PÚBLICO ATENDIDO PELA COZINHA COMUNITÁRIA DO BEQUIMÃO

Para caracterização do perfil dos (as) usuários(as) da Cozinha Comunitária do Bequimão, localizada na cidade de São Luís/MA, realizamos a coleta de informações socioeconômicas provenientes da pesquisa realizada com 135 pessoas de referência no domicílio, ou seja, àquelas responsáveis pelas unidades familiares. Logo, trata-se da pessoa que prestou as informações relacionadas aos componentes familiares.

IDENTIFICAÇÃO DOS (AS) USUÁRIOS (AS)

Os dados demonstram que 30% das pessoas chefes de família compõem a faixa etária de 46 a 50 anos de idade, o que corresponde a 40 usuários(as); 28% dos usuários(as), 38 pessoas, possuem mais de 60 anos; 15% dos usuários(as) estão na faixa etária de 36 a 40 anos,

correspondendo a 20 pessoas; 8% dos entrevistados(as), 11 pessoas, possuem entre 41 a 45 anos. Os menores quantitativos apresentados demonstram 6% com idade de 30 a 35 anos, isso equivale a oito (8) pessoas; 4%, 6 pessoas, na faixa etária de 26 a 30 anos; novamente, 4%, equivalendo a cinco (5) pessoas, com idade de 21 a 25 anos; 1% de usuários (as) entre 18 a 20 anos, equivalente a duas (2) pessoas. Foi registrado ainda, a ausência de respostas nesse item, sendo que 4% optaram por não responder, ou seja, cinco (5) pessoas.

Observamos que as duas faixas-etárias com maior prevalência de respostas constituem mais da metade dos usuários da Cozinha, totalizando 58%. Isto significa que as pessoas de referência do domicílio, ou seja, aquelas denominadas chefes de família possuem idade superior a 46 anos. Nesse sentido, convém destacar que, até outubro de 2022, havia 28.500 pessoas inscritas no CADÚNICO com a mesma faixa etária (Relatórios de Informações Sociais, 2022), o que significa que a faixa etária do público atendido está contemplada no público alvo.

A cidade de São Luís é a única do estado com mais de um milhão de habitantes (CENSO, 2022). Não obstante, a população ludovicense nesta faixa etária é de mais de 56.433 pessoas, ou seja, é de 127.833 mil pessoas (DATASUS, 2012), das quais 11.269 mil estão em situação de extrema pobreza (IBGE CENSO, 2010).

A pesquisa identificou que 36% são solteiros (as), o que equivale a 49 pessoas; 21% vivem com o(a) companheiro(a), o que corresponde a 28 entrevistados(as); 16%, 21 pessoas, são casados(as); 13% que se enquadram na categoria separados(as), o que corresponde a 18 entrevistados(as); 5%, sete (7) pessoas, estão divorciados(as); e, equiparadas, estão as categorias “viúvo” e “não respondeu” com 4%, o que corresponde a seis (6) entrevistados em cada uma das categorias.

Na atualidade, ocorre a formação de novas composições familiares, decorrentes, principalmente, das mudanças de organização da sociedade, a partir da década de 1980. A reestruturação da legislação, as particularidades dos estilos de vida e a composição demográfica são fatores que podem subsidiar essas novas configurações de famílias.

Deste modo, podemos perceber a proximidade entre a as situações em que o(a)s usuário(a)s “vivem com o companheiro” (20,7%) com as situações de formalização legal ou seja, casamento (15,6%)”. Isto ocorre, em razão das mais variadas motivações, desde o custo financeiro para formalização das uniões, a burocracia tanto para a feitura do casamento formal quanto para a dissolução do mesmo, por exemplo. Desta forma, algumas pessoas passaram a

constituir famílias através da simples união, sem o formalismo exigido no casamento (BRAGA, 2012).

Neste contexto, esses agrupamentos familiares estão se organizando conforme a movimentação da sociedade, isto reflete não somente na forma com que elas estão compostas, mas também na participação e atuação de seus componentes nos diferentes núcleos familiares.

A pesquisa revelou que 67% das famílias são chefiadas por mulheres, o que corresponde a 91 usuárias; 30% são chefiadas por homens, sendo 40 pessoas; e somente 3% dos usuários optaram por não responder à pergunta, o que corresponde a quatro (4) entrevistados(as).

Tais dados demonstram que as famílias chefiadas por mulheres constituem a maioria absoluta do público atendido pela CCB, representando um percentual que ultrapassa a média nacional, sendo que, conforme informações da PNADC/IBG (2019), as famílias monoparentais com filhos e chefia feminina representaram cerca de 14,7% das composições familiares – muito mais comuns do que aquelas com chefia masculina, que representavam 2,3% em 2022.

A princípio, são consideradas chefes de família as mulheres que são principais responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos. Porém, essa dinâmica pode ou não incluir um marido ou companheiro. Segundo pesquisa do IBGE, em apenas 34% das famílias chefiadas por mulheres há um cônjuge.

O termo “mulheres chefes de família” traz consigo as distintas configurações familiares que nem sempre são favoráveis às mulheres nesta condição. Isto quer dizer que a “pessoa de referência do domicílio pode envolver circunstâncias que são resultado de oportunidades e fatalidades” (BERQUÓ, 1988 apud CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Scott (2002) apresenta alguns fatores que impactam negativamente sobre a vida de mulheres chefes de família, dentre esses fatores estão o trabalho, educação e saúde. Segundo o autor, no trabalho, mulheres chefes de família, de uma forma mais acentuada que outras mulheres: costumam ter rendas mais baixas, precisam conciliar uma dupla jornada de trabalho, sofrem frequentemente exclusão e preconceito no emprego, entre outros.

Ademais, os dados apresentados são compatíveis com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua, 2019), em que 50,7% da população é de mulheres, enquanto somente 49,3% é formada por homens.

No que diz respeito à faixa etária, 100% dos (as) usuários (as) estão entre 26 e 30 anos, 90% dos (as) usuários (as), entre 36 e 40 anos, 88% dos(as) usuários(as), entre 30 e 35 anos, 82% dos(as) usuários(as), entre 41 e 45 anos, 80 % dos(as) usuários(as), entre 21 e 25 anos, 63%

dos(as) usuários(as), entre 46 e 50 anos, 53% dos usuários, com mais de 60 anos e 50% dos(as) usuários(as), entre 18 e 20 anos.

Importante evidenciar a participação de mulheres jovens entre o quantitativo de usuárias, o que traz a reflexão acerca dos desafios de inserção das mulheres jovens no mercado de trabalho.

A pesquisa 'Juventude e trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem?', divulgada em novembro de 2019, trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir da PNAD/IBGE, apontou que durante os últimos cinco anos os jovens sentiram cinco e sete vezes mais forte os impactos da pandemia, sendo jovens de 20 a 24 anos, principalmente.

Importante considerar ainda que, além da diminuição da participação feminina no mercado de trabalho, a qual oscilou de "54,6%, em 2019, para 52,3%, em 2021, observou-se a intensificação da desocupação e do desemprego entre mulheres. No caso da desocupação, a taxa que em 2019 era de 14,3%, chegou a 15,9%, em 2021, ao mesmo tempo em que, para o segmento masculino, manteve-se estável: 10% (2019) e 10,1% (2021)" (Dieese, 2022).

No que diz respeito aos aspectos étnico-raciais, 41% das pessoas de referência se identificam como pardas, o que corresponde a 56 pessoas; 26%, 35 pessoas, que se identificam como brancas; e 21% se auto identificam pretas(os), o que corresponde a 29 pessoas; 11% dos entrevistados(as), 15 pessoas, optaram por não responder.

O Maranhão detém o 5º maior contingente percentual dentre as 27 UFs do Brasil: 82,1% (5,850 milhões de um montante global de 7,118 milhões de pessoas) autodeclaradas da cor/raça preta e parda (IBGE, 2022).

A pesquisa realizada na CCB revelou que dos(as) 41% de pessoas que se declararam pardas, 15,6% estão em Insegurança Alimentar Grave, 10,4% em Insegurança Alimentar Média/Moderada e 13,3% em Insegurança Alimentar Leve.

Dos(as) 25,9% de pessoas que se declararam brancas, 10,4% estão em Insegurança Alimentar Grave, 7,4% estão em Insegurança Alimentar Média/Moderada e 5,2 estão em Insegurança Alimentar Leve. Dos (as) 21,5% das pessoas que se declararam pretas, 8,9% estão em Insegurança Alimentar Média/Moderada, 7,4% estão em Insegurança Alimentar Grave e 4,4% em Insegurança Alimentar Leve.

Os dados demonstram, portanto, que 23% da população preta e parda estão expostas à Insegurança Alimentar Grave, o que corrobora com os dados do II Inquérito VIGISAN que

afirmam que “65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos.” (Rede Penssan, 2022).

Não obstante, “nas residências comandadas por pessoas de cor/raça preta ou parda, a segurança alimentar teve uma redução expressiva entre 2020 e 2022, passando de 41,5% para 35%. O contrário aconteceu com a fome, que saltou de 10,4% para 18,1%.” (Rede Penssan, 2022).

No que se refere ao nível de escolaridade dos(as) chefes de família, 38% terminaram o ensino médio, correspondendo a 51 pessoas; 31% possuem o ensino fundamental incompleto, totalizando 42 pessoas; 15% concluíram apenas o ensino fundamental, o que corresponde a 20 pessoas; 7% dos(as) chefes de família não completaram o ensino médio; 3%, quatro (4) pessoas são quem sabem ler e nem escrever; e, também, 3% possui ensino superior incompleto, sendo 4 pessoas; 2% dos usuários optaram por não responder, correspondendo a 3 pessoas; e, somente 1% dos usuários concluiu o ensino superior, sendo 2 pessoas.

A PNAD Contínua (2019) demonstrou que, no Maranhão, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória foi de 36,8% (PNADC/IBGE, 2019). Entre aqueles que não completaram a educação básica, além dos “16,6% sem instrução, 34,3% tinham o ensino fundamental incompleto, 7,4% tinham o ensino fundamental completo e 4,9%, o ensino médio incompleto” (2019). Importante considerar ainda que o Maranhão possui o menor percentual de pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo.

A partir desses números expressivos, é importante evidenciar a dificuldade do acesso à educação no Maranhão, apesar de constituir-se um direito social (Art.6º/Constituição Federal) para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia, como está posto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, de educação de qualidade, com o objetivo de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

No que concerne à ocupação/trabalho, 48% das pessoas de referência do domicílio possuem trabalho informal, ou seja, 65 chefes de famílias; seguindo de 27% que estão desempregados (as), o que corresponde a 36 pessoas; 23%, ou 18 pessoas, que estão aposentados(as); 7% que possuem um trabalho formal, o que corresponde nove (9) entrevistados e 5% que optaram por não responder a essa pergunta, que são sete (7) pessoas.

Além disto, 41%, ou seja, 56 famílias, apontaram que sobrevivem mensalmente com uma renda que varia de R\$ 100 a R\$400; 19%, correspondendo 25 famílias, possuem renda que

varia de R\$1.000 a R\$1.200; 16% optaram por não responder; 15%, corresponde a 20 famílias, possuem renda acima de R\$1.200; 5%, o que corresponde a sete (7) famílias, possuem renda de R\$ 500 a R\$700; 3%, sendo quatro (4) pessoas, possuem renda que varia de R\$700 a R\$900; e 1% das famílias usuárias da Cozinha Comunitária sobrevive mensalmente, com uma renda de até R\$ 100,00.

INDICATIVOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Dos (as) entrevistados (as), 56% possuem moradia própria, ou seja, 75 pessoas; seguidos de 25% que possuem imóveis cedidos, que são 34 pessoas, seguido de 16% que estão em imóveis alugados, o que corresponde a 21 pessoas; e 4%, ou seja, cinco (5) pessoas, optaram por não responder.

A habitação é uma necessidade básica. Contudo, as condições de ocupação da moradia no que diz respeito à propriedade variam muito entre os países e entre as unidades federativas. No caso do Maranhão, a PNADC/IBGE (2023) indica que o estado ocupa o primeiro lugar em habitação precária no Brasil, “sendo o déficit habitacional relativo do estado o mais alto do país, com 38,1%, ou seja, 570.606 unidades”. Além disso, somente em São Luís, são cerca de 158 mil famílias vivendo em condições precárias e subumanas (2023).

No que se refere à localidade dos domicílios, considerando áreas de risco, 70% dos usuários residem em áreas sem risco, correspondente a 94 famílias; e 28% estão residindo em moradias em áreas de riscos, ou seja, 38 famílias. Assim, há um número expressivo de usuários e suas respectivas famílias morando em área de risco.

Dentre os pesquisados, 86%, o que corresponde a 116 domicílios, possuem fornecimento de energia elétrica com uso de medidor próprio, e 10%, 14 domicílios, possuem soluções paliativas, tais como a denominada gambiarra. Apenas 3% dos entrevistados optaram por não responder, ou seja, quatro (4) pessoas; e 1% não possui fornecimento de energia elétrica na residência.

Dados da PNAD revelam que, em 2019, 99,8% da população brasileira tinha acesso à eletricidade em seus domicílios (IBGE, 2019). Importante considerar que falta de energia elétrica acentua a existência de desigualdades sociais nas qualidades de vida, a exemplo, a permanência da pobreza.

Nesta lógica, a pobreza energética pode ser a materialização das estruturas de manutenção de poder, haja vista que a privação de energia não compromete apenas os serviços básicos, como também o acesso à educação, à informação e outros.

74% das famílias usuárias da Cozinha Comunitária do Bequimão possuem abastecimento de água de água da rede geral, o que corresponde a 100 usuários; 19% dos domicílios, sendo 25, são abastecidos através de poço; 4% dos domicílios não são abastecidos por uma das duas opções, o que corresponde a três (3); 2% dos entrevistados(as) optaram por não responder, sendo três (3); e 1% do domicílio entrevistado não possui abastecimento de água.

Tais dados estão condizentes com as informações relativas ao fornecimento de água no estado do MA, sendo que somente 70,2% dos domicílios possuem abastecimento de água oriunda da rede geral de distribuição no ano de 2020 (IMESC, 2020). Na capital, somente 77,1% dos domicílios possuem (IMESC, 2020). Além deste, em 18,5% dos domicílios são abastecidos através de poço. Não obstante, 19,5% dos domicílios do estado também estão nesta condição (PNADC/2019).

Além disso, 63% das pessoas dos domicílios consomem água tratada, o que corresponde a 85 domicílios; 21% das pessoas dos domicílios entrevistados, ou seja, 28 domicílios, consomem água sem tratamento; 13% utilizam água mineral, ou seja, 17 famílias; 3% dos entrevistados (as) optaram por não responder, sendo quatro (4) pessoas; e 1% possui outro tipo de abastecimento que não soube informar.

Faz-se necessário pontuar que o consumo de água não tratada é o principal fator da transmissão de doenças de veiculação hídrica, dentre as quais: leptospirose, cólera, hepatite A e outros (IMESC, 2020).

No Estado, a forma predominante de tratamento de água realizada nos municípios é forma mais simples de desinfecção e tratamento da água, com 43,4% da água distribuída, enquanto 36,8% da água distribuída é tratada em Estações de Tratamento de Água (IMESC, 2020), neste sentido, há uma significativa ausência de tratamento adequado da água para consumo, o que motiva 12,6% dos usuários a optar pela compra e consumo de água mineral.

Os dados coletados demonstraram que 74% dos entrevistados possuem em suas residências sanitários com descarga, sendo 100 residências; no entanto, 13% possuem somente sanitário, mas não possuem descarga, o que corresponde a 18 domicílios; 10% não possuem

nem sanitário e nem descarga, ou seja, 14 residências; e 2% dos entrevistados (as), três (3) pessoas optaram por não responder.

Acerca do destino, 52% dos domicílios pesquisados possuem o sistema de esgotamento sanitário, ou seja, 70; 30% utilizam a fossa séptica, sendo 40 residências; em 15% dos domicílios o esgotamento é à céu aberto, ou seja, 20; 3% dos entrevistados (as), quatro (4) pessoas, optaram por não responder; e 1% informou que o esgotamento é de outro tipo e não soube informar.

Pontua-se que no Estado do MA a fossa séptica não ligada à rede de esgoto foi, em 2020, o tipo de esgotamento mais presente nos domicílios (52,5%) (IMESC, 2020). O Instituto Trata Brasil (2022), através do estudo “Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil em 2022”, revelou que dos 217 municípios, 75% não possuem os sistemas de água e esgoto regularizados.

92% do lixo dos domicílios pesquisados são coletados por meio do comitê gestor de limpeza urbana, através da rede municipal, ou seja, 124 domicílios; 4% são despejados a céu aberto, sendo 5 domicílios; 4% optaram por não responder; e 1% não soube informar o tipo.

NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os dados da EBIA extraídos da pesquisa com os(as) usuários(as) da CCB, demonstram que 35 famílias estão em Insegurança Alimentar Leve; 40 estão em Insegurança Alimentar Moderada/Média; e 51 famílias estão em Insegurança Alimentar Grave, demonstrando índices alarmantes visto que 100% das famílias estão em situação de insegurança alimentar, sendo que a maioria se encontra em situação de grave insegurança alimentar. Tais dados revelam, portanto, que a refeição diária fornecida pela CCB é fundamental para a garantia da alimentação para essas famílias, visto que, sem ela, essa situação poderia vir a ser muito mais grave. Contudo, revela que a oferta de apenas uma (01) refeição diária é insuficiente para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e da fome.

A POF 2017/2018 revelou que, dos 66,2% dos domicílios maranhenses com IA, 30,9% (609.000 domicílios) tinham incidência do tipo moderada (IAM) e grave (IAG). Enquanto no Nordeste, esse percentual era de 20,5% (3.667.000 domicílios), no Brasil, era de 36,7% (8.734.000 domicílios) nessa situação.

O II Inquérito VIGISAN, da Rede Penssan (2022), revelou que o Maranhão é o estado com o maior percentual de pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, sendo 62,2% nesta condição, e 29,9% das famílias maranhenses não possuem acesso aos alimentos em quantidade suficiente.

A PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE, em 2024, considerou o Maranhão na 4ª posição com a maior proporção de domicílios em situação de Insegurança Alimentar grave ou moderada (17,9%).

3 CONCLUSÃO

A seleção do público-alvo da Cozinha Comunitária do Bequimão é realizada pela SEDES, em parceria com o CRAS do território Bequimão, obedecendo aos seguintes critérios: famílias cadastradas no CADUNICO; pessoas inscritas no Programa Bolsa Família; pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Risco Nutricional; famílias em situação de vulnerabilidade social e de origem quilombola. No que diz respeito ao atendimento dos critérios, a pesquisa revelou que o público-alvo corresponde ao que deve ser atendido pela CCB.

Os dados da pesquisa indicaram que o perfil dos(as) usuários(as) atendidos(as) pela CCB é adequado à proposta do programa, visto que as pessoas de referência do domicílio possuem idade superior a 46 anos, e são, em sua maioria, mulheres (67%) solteiras (36%) e pardas (41%) que sobrevivem mensalmente com uma renda que varia de R\$100 a R\$400 (41%); também em sua maioria, são beneficiários de algum programa do Governo Federal (53%) e trabalhadoras informais (48%).

A pesquisa revelou que grande parte dos(as) usuários(as) possui casa própria (56%), de alvenaria (91%) e em áreas sem riscos estruturais (70%); destes domicílios, 86% possuem medidor próprio de energia elétrica e 74% possuem abastecimento de água por rede pública. A respeito do tipo de água para consumo e do esgotamento sanitário, a maior prevalência é de água tratada (63%), domicílios com sanitários com descarga (74%) e sistema de esgoto (52%). Ademais, 92% do lixo produzido pelos domicílios pesquisados são coletados através do sistema de coleta urbana.

A CCB, em funcionamento desde 2009, está implantada com vistas a garantir a população do bairro bequimão e do entorno o direito humano à alimentação adequada através do fornecimento de alimentação adequada e saudável, de forma gratuita. No entanto,

somente fornece uma (01) refeição por dia (almoço). Logo, os(as) usuários(as) necessitam buscar meios para realizar as outras refeições diárias, como café da manhã, lanche e jantar, o que fere o art. 3º da LOSAN, que prevê o acesso regular e permanente à alimentação, comprovando os dados alarmantes em relação à INSAN dos(as) usuários(as) apresentados na pesquisa, de forma que, mesmo com a implantação do equipamento e o fornecimento de refeições gratuitas, a problemática persiste, visto que a maioria do público atendido na CCB encontra-se em situação de InSAN Grave.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Boletim Social do Maranhão: (In)segurança alimentar e nutricional no Maranhão/ IMESC.** nº 3. jul./set. São Luís: IMESC, 2021. 58p.

NERI, Marcelo. **Juventude e trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos nem-nem?.** Rio de Janeiro: FGV SOCIAL, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: . Acesso em 03 de ago. 2022.

_____. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022. (Análise, 1). E-book. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN2022.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022.